

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.355 - PR (2019/0381393-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ELIANE MORO WERZBITZKI  
**AGRAVANTE** : JOAO BRUNO WERZBITZKI  
**AGRAVANTE** : VALERIA MORO WERZBITZKI DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : MAFUZ ANTÔNIO ABRÃO - PR007151  
MARCELO VARDANEGA RIBEIRO - PR019333  
NICOLE CRISTINA ABRAO CARON - PR032455  
HENRIQUE RICHTER CARON - PR040736  
CAMILA FERREIRA BERTONCELLI - PR062396  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO - PR016948  
CESAR AUGUSTO TERRA - PR017556  
**INTERES.** : RODOLFO CASTRO CESAR DE OLIVEIRA

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ELIANE MORO WERZBITZKI e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ELIANE MORO WERZBITZKI e OUTROS, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 11/12/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 01/02/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Ainda, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 10/06/2019,

# *Superior Tribunal de Justiça*

sendo o agravo somente interposto em 09/09/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal. Na espécie, os embargos de declaração opostos em face da decisão que inadmitiu o recurso especial não são o recurso adequado ou cabível à espécie. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1261554/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/08/2018.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente